




Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

em 02 de junho de 2022

Mensagem nº 61/22
Proc. nº 37989/21

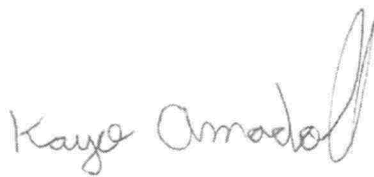
Câmara Municipal de São Vicente
Presidente da Câmara
Assinado por 
Data 02/06/22 -

Senhor Presidente

O presente Projeto de Lei visa regularizar a ocupação do imóvel pelo Poder Judiciário do Estado de São Paulo, situado à Rua Nicolau Guirao Peres, nº 75, onde se encontra instalado o Serviço Anexo da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

São essas as razões que justificam o encaminhamento do presente Projeto de Lei à apreciação desta Egrégia Casa de Leis.

Ao ensejo, renovamos a V.Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.



KAYO AMADO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Vereador Prof. Thiago Alexandre
DD. Presidente da Câmara Municipal.
São Vicente - SP



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Célula Mater da Nacionalidade

Mensagem nº 61/22

fl.02

PROJETO DE LEI 90/22

Autoriza a cessão de uso do imóvel localizado na Rua Nicolau Guirao Peres, nº 75, onde se encontra instalado o Serviço Anexo da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Processo nº 37989/21

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder o uso do bem público constituído pelo imóvel localizado na Rua Nicolau Guirao Peres, nº 75, ao Poder Judiciário do Estado de São Paulo, onde se encontra instalado o Serviço Anexo da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Convalida-se o uso do imóvel referido no **caput** pelo Poder Judiciário do Estado de São Paulo por período anterior a edição desta Lei.

Art. 2º A cessão de uso vigorará pelo prazo de 20 (vinte) ano, podendo ser prorrogada a critério das partes.

Art. 3º A cessão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante prévia comunicação à Concessionária.

Art. 4º As despesas oriundas desta Lei onerarão as dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*

*

*